



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Desde o 12.º Plano Quinquenal que o posicionamento de Macau como “Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” foi promovido a política de nível nacional. Não se trata apenas de uma responsabilidade que o País atribuiu a Macau, é também uma oportunidade histórica para o seu desenvolvimento sustentável. Para garantir o sucesso da construção da referida plataforma, nos últimos anos o Governo tem incentivado e promovido, dinamicamente, a divulgação da língua portuguesa, e apesar de se terem registado alguns efeitos, ainda há margem para melhorias.

— De acordo com alguns docentes, no ensino não superior, o ensino do português na maioria das escolas públicas e o nível de proficiência dos alunos ficam aquém das expectativas. E quanto ao ensino superior, as instituições oferecem apenas cursos de iniciação, ainda nenhuma dá continuidade ao português que os estudantes já trazem do secundário complementar. E junta-se a isto o limite máximo de créditos para as disciplinas opcionais, que leva os estudantes que já têm algumas bases de português a recorrer à formação oferecida por outras instituições.

Devido à falta de docentes, ainda não existe no sistema de ensino de Macau um modelo de ensino sistemático do português. Na sociedade, há poucas plataformas para a comunicação em português e o ambiente para o uso desta língua precisa de ser reforçado. Estes problemas que condicionam a formação de talentos na área do português já existem há vários anos e

1/2



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

nunca registaram melhorias significativas. Se Macau pretende criar uma plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, tem de conseguir algum avanço na formação de talentos na área do português.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. Actualmente, a grande maioria das escolas privadas tem o inglês como segunda língua no ensino não superior. Que políticas de benefício é que o Governo tem para incentivar mais escolas privadas a administrar o português como segunda língua?
2. O Governo deve exigir que as universidades abram cursos de português que dêem continuidade ao nível de proficiência atingido no ensino secundário complementar. Vai fazê-lo?
3. Actualmente, vários serviços públicos realizam actividades de formação e intercâmbio de talentos na área do português. O Governo tem algum objectivo definido e uniformizado neste âmbito? E vai criar um mecanismo de coordenação que abranja todos os serviços públicos e instituições de ensino superior?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Si Ka Lon

22 de Abril de 2016